

2025

Prestação de Contas



ÍNDICE

Ad S
Lu. P. A.

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	3
1.1 Identificação	3
1.2 Órgãos Sociais	4
1.3 Sumário do Exercício	5
2. ÁREAS DE NEGÓCIO	7
2.1 Abastecimento de Água	7
2.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	12
3. CLIENTES.....	15
3.1 Caracterização	15
3.2 Evolução.....	16
4. INVESTIMENTOS	17
5. RECURSOS HUMANOS	18
6. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA.....	19
6.1 Análise Económica	19
6.2 Rendimentos	21
6.3 Gastos	22
6.4 Indicadores Financeiros	24
6.5 Evolução Previsível.....	24
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	24
8. NOTAS FINAIS	25
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

1.1 Identificação

Nordeste Ativo E.M., S.A

Sede Social

Rua Dr. Manuel João da Silveira nº 1-A

9630-142 Nordeste

Pessoa Coletiva

NPC 512088357

Capital Social

50.000,00€

Estrutura Acionista

Câmara Municipal de Nordeste – 100%

Objeto

A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste; A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas. Em complemento das atividades previstas nos números anteriores, poderá esta Empresa Municipal exercer diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

Ady Sr
L:
A

1.2 Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Dinis Alberto Pereira Miranda

Secretário:

Fernando Pacheco Arruda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

António Miguel Borges Soares

Vogais:

Natália da Conceição Rego Borges – até 02/12/2025

João de Deus Andrade Sousa – até 02/12/2025

Luís Manuel Raposo de Lima – a partir de 02/12/2025

Sara Raquel Mendonça de Sousa – a partir de 02/12/2025

FISCAL ÚNICO

Fiscal único:

Duarte Giesta – SROC, Unipessoal, Lda. – representada por Duarte Félix Tavares Giesta

Fiscal suplente:

Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

Handwritten initials and marks in the top right corner, including "SR" and "L3".

1.3 Sumário do Exercício

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é uma empresa local, de gestão de serviços de interesse geral, de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e independência orçamental.

A missão da Nordeste Ativo E.M., S.A. é satisfazer as necessidades de abastecimento de água, de recolha de águas residuais domésticas e resíduos sólidos urbanos da população do Município de Nordeste, num quadro de sustentabilidade económica, financeira e técnica. A visão que a empresa tem, pauta-se pela prestação de um serviço público de qualidade, orientado por princípios de eficácia de gestão, recorrendo às melhores práticas de gestão para garantir um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes social, ambiental e económica.

No ano de 2025 foram aprovadas duas importantes candidaturas ao fundos-comunitários do programa operacional Açores 2030, nomeadamente:

- **Reforço do Abastecimento de Água à Vila de Nordeste e Freguesias da Achadinha e Salga, Automatização dos Sistemas de Tratamento da Água de Abastecimento Público do Concelho**, com um custo elegível de 1.287.512,41€, com uma taxa de cofinanciamento de 85%;

A operação inclui:

- a) Construção de infraestruturas de Abastecimento de Água para Consumo Humano;
 - b) Instalação de 16 equipamentos de tratamento de água (com cloro) para cumprimento das normativas da qualidade de água para consumo das populações e normativas ambientais;
 - c) Instalação de sistemas de telegestão, nas 4 infraestruturas ainda sem esses dispositivos, para incremento da gestão digital, com vista à otimização das operações diárias e na utilização do recurso.
- **Recolha Seletiva dos Biorresíduos, Resíduos Verdes e Monos no Concelho de Nordeste**, com um custo elegível de 365.826,61€, com uma taxa de cofinanciamento de 85%.

A operação inclui:

- 1) Aquisição de camião elétrico de recolha seletiva de biorresíduos;
- 2) Aquisição de ecopontos, maioritariamente para a recolha de biorresíduos no porta-a-porta, e reforço das outras fileiras da recolha seletiva;
- 3) Aquisição de camião elétrico para recolha dos resíduos verdes, monos, têxteis, resíduos perigosos e de construção e demolição;

Am - Sr
L

4) Instalação pontos de carregamento elétrico no parque de máquinas municipal e armazém do Rua do Aterro Sanitário para o carregamento dos veículos elétricos;

5) Ações de sensibilização e capacitação da população para a importância da separação dos resíduos os seus benefícios na economia circular.

No ano de 2025 foram consumidos 367.220m³ de água. Comparando com 2024, verificou-se uma diminuição de 4.086m³, ou seja, de 1,10%.

A água distribuída pela empresa apresentou elevados padrões de qualidade, tendo-se atingido uma percentagem de 99,86% de análises dentro dos valores paramétricos legalmente estabelecidos.

As vendas e prestações de serviços tiveram uma quebra de -0,51%, enquanto que as receitas totais tiveram um ligeiro aumento de 2%.

Os gastos da empresa tiveram uma forte subida de 12%, conforme se descreve:

- **Custos das mercadorias** subiram 4.948€, principalmente devido à compra e substituição de contadores de água em fim de vida;
- **Fornecimentos e serviços externos** subiram 68.533€ devido ao aumento do preço da deposição de resíduos em aterro e ao aumento dos custos das análises de água;
- **Gastos com pessoal** aumentaram 32.611€ devido aos aumentos salariais decretados por Lei e a contratação de 2 novos trabalhadores;
- **Gastos de depreciação** aumentaram 37.310€ devido à depreciação de projetos antigos em que foi revista a sua execução;
- Apenas os **Gastos e perdas de financiamento** diminuíram 30.777€ devido à queda das taxas Euribor, que servem de indexante aos empréstimos bancários.

O Resultado Líquido do ano de 2025 foi positivo no valor de 12.111,97€, o que está de acordo com aquilo que são os objetivos da Empresa.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

2. ÁREAS DE NEGÓCIO

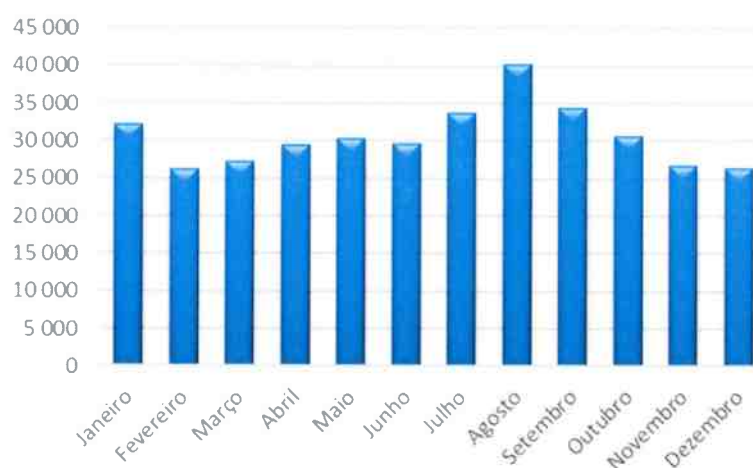
2.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água é um serviço essencial à qualidade de vida das populações. Por outro lado, a escassez deste recurso exige um desempenho eficiente, visando a sua preservação e o acesso universal a preços acessíveis e sustentáveis.

Valores de faturação por mês

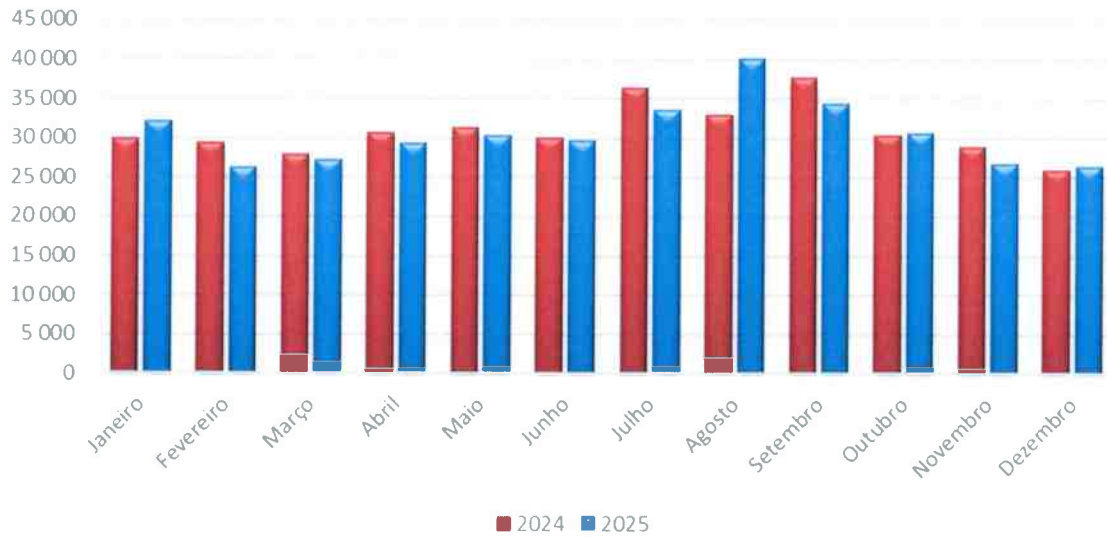
Mês	Consumo (m ³)	Valor faturado (€)
Janeiro	32 133	67 432,23
Fevereiro	26 204	56 018,60
Março	27 182	58 198,17
Abril	29 414	61 339,18
Maió	30 370	61 908,20
Junho	29 674	60 841,20
Julho	33 690	65 238,44
Agosto	40 202	76 312,06
Setembro	34 394	67 323,04
Outubro	30 717	61 950,20
Novembro	26 788	56 141,97
Dezembro	26 452	56 506,34
TOTAL	367 220	749 209,63

Consumo (m³)

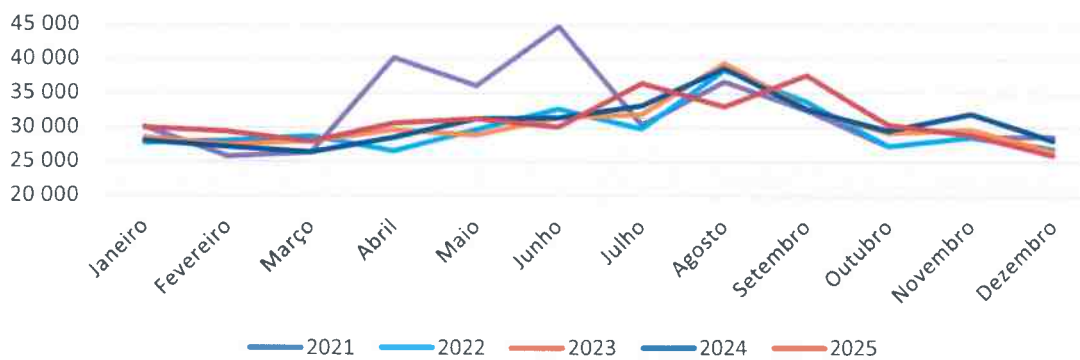


Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Comparativo 2024/2025



Evolução do consumo de água nos últimos 5 anos

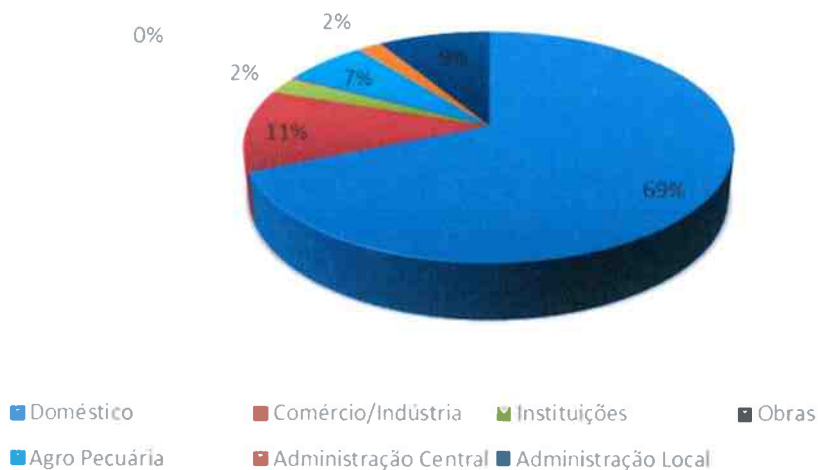


Consumo de água por tipo de consumidor

Tipo	Consumo (m ³)
Doméstico	252 126
Comércio/Indústria	41 645
Instituições	8 881
Obras	1 171
Agro Pecuária	23 951
Administração Central	6 979
Administração Local	32 467
TOTAL	367 220

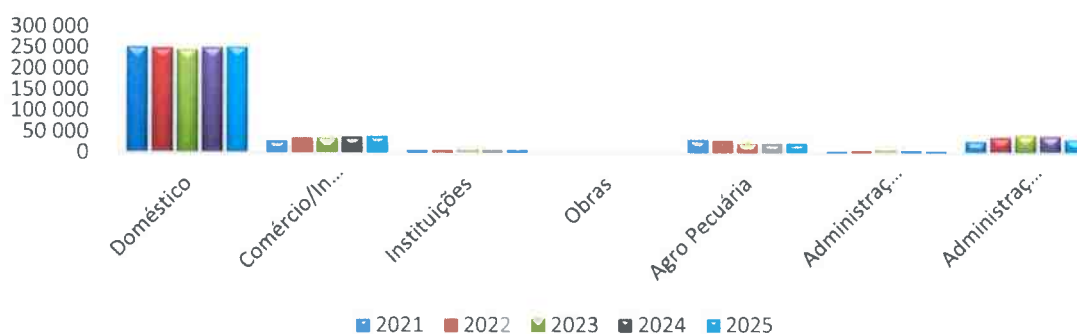
Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Peso relativo de cada tipo de consumidor



Evolução dos últimos 5 anos

Tipo	2021	2022	2023	2024	2025
Doméstico	251 414	247 950	245 892	249 917	252 126
Comércio/Indústria	29 950	37 004	36 380	39 147	41 645
Instituições	8 768	8 371	8 142	9 048	8 881
Obras	1 628	1 859	2 006	1 045	1 171
Agro Pecuária	33 644	30 907	24 196	24 339	23 951
Administração Central	5 576	6 504	8 047	8 148	6 979
Administração Local	27 116	36 117	42 097	39 662	32 467
TOTAL	358 096	368 712	366 760	371 306	367 220

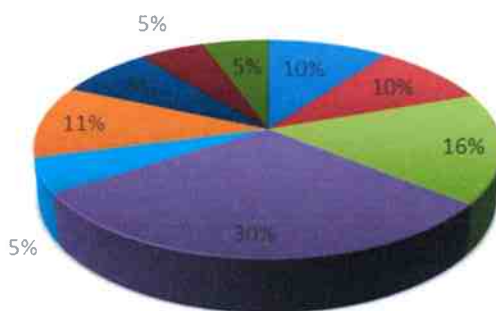


MS
RL

Consumo de água por freguesia

Freguesia	Consumo (m ³)
Achada	36 611
Achadinha	34 948
Lomba da Fazenda	59 995
Nordeste	109 856
Santo António Nordestinho	18 411
Salga	39 393
Santana	28 065
Algarvia	19 927
São Pedro Nordestinho	20 014
TOTAL	367 220

Peso relativo de cada freguesia no consumo de água



- Achada
- Achadinha
- Lomba da Fazenda
- Nordeste
- Santo António Nordestinho
- Salga
- Santana
- Algarvia
- São Pedro Nordestinho

Evolução do consumo de água por freguesia nos últimos 5 anos

Freguesia	2021	2022	2023	2024	2025
Achada	31 514	33 125	35 079	36 447	36 611
Achadinha	33 594	31 903	32 577	32 856	34 948
Lomba da Fazenda	61 659	58 837	60 242	60 975	59 995
Nordeste	113 193	116 669	112 632	114 171	109 856
Santo António Nordestinho	16 946	17 318	18 398	17 746	18 411
Salga	40 021	39 901	41 369	41 337	39 393
Santana	25 799	26 480	26 781	27 635	28 065
Algarvia	17 079	21 020	20 451	20 868	19 927
São Pedro Nordestinho	18 291	17 962	19 231	19 271	20 014
TOTAL	358 096	363 215	366 760	371 306	367 220

Serviços associados ao consumo de água

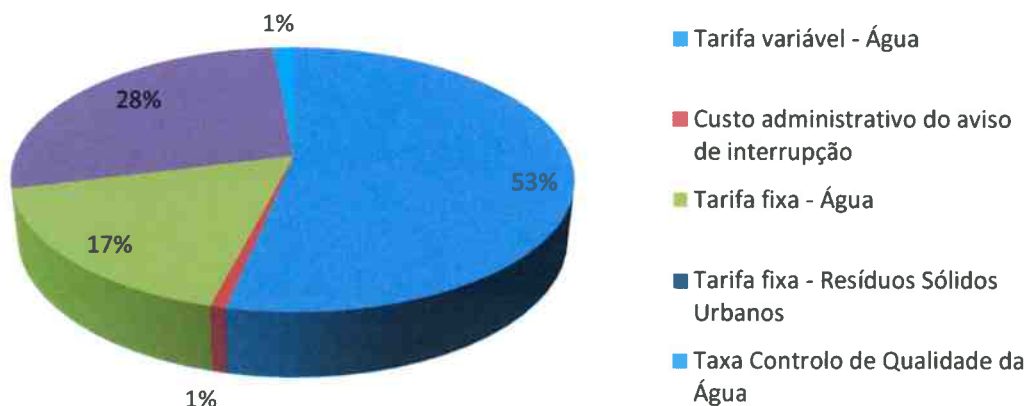
Em simultâneo com o consumo de água, e associado a este, são faturados os seguintes serviços/taxas:

- A tarifa fixa de abastecimento de água, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação, do diâmetro do caudal e da tipologia dos utilizadores, sendo expressa em euros por cada trinta dias;
- A taxa de controlo da qualidade da água é uma receita da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores - ERSARA e é definida pelo Decreto Legislativo Regional nº 8/2010/A de 5 de março;
- O custo administrativo do aviso de interrupção é devido quando ocorre atraso no pagamento da fatura de água originando o envio do respetivo aviso de interrupção;
- A tarifa fixa de gestão de resíduos sólidos urbanos, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;

Valores totais por rúbrica

Rúbrica	Valor (€)
Tarifa variável - Água	387 256,47
Custo administrativo do aviso de interrupção	5 429,94
Tarifa fixa - Água	123 484,74
Tarifa fixa - Resíduos Sólidos Urbanos	201 575,64
Taxa Controlo de Qualidade da Água	10 170,55
TOTAL	727 917,34

Peso relativo de cada rúbrica



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Serviços Auxiliares

Estes serviços são prestados pela empresa, com caráter conexo com os serviços de águas ou resíduos, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, são objeto de faturação específica;

Valores dos serviços auxiliares

Serviço	Valor (€)
Serviços/Deteção de fuga/Alt. contrato	933,47
Interrupção de ligação definitiva	0,00
Restabelecimento e colocação do contador	668,62
Análise de projectos de instalações águas	1 096,09
Deslocação de contador	811,58
Ramal de ligação de água	6 309,27
Ramal de ligação de saneamento	0,00
Outros Serviços	2 142,66
TOTAL	11 961,69

2.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é responsável pela recolha dos resíduos sólidos urbanos no Concelho de Nordeste.

A recolha dos indiferenciados e resíduos reciclados é efetuada porta a porta e é assegurada por duas viaturas especializadas, em circuitos pré-definidos e com a seguinte regularidade:

FREGUESIA	PAPEL	PLÁSTICO	VIDRO	INDIFERENCIADO
Salga	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Achadinha	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Achada	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Santana	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Algarvia	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
S. António	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
S. Pedro	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS
L. Fazenda	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS
Nordeste	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS

Quantidades Recolhidas de Resíduos Sólidos Urbanos em 2025

MÊS	CENTRO TRIAGEM (R13)				VERMIC. (R3/R13)				ECOCENTRO (R13)				PARQUE VERDES (R3/R13)				ATERRO (D1)				
	PAPEL	PLÁSTICO	PLÁST./METAL	VIDRO	CÁPSULAS	INDF. (R3)	INDF. (R13)	OUTROS RU (R13)	REEE	METAIS	PL. LAVR.	PLÁSTICOS	MONSTROS	R. BIO (R3)	R. BIO (R13)	MADEIRA (R3)	MADEIRA (R13)	INDF.	MONSTROS	MADEIRA	OUTROS RU
JANEIRO	8930	0	6840	8140		115200	0	2270	0	260	2560	0	14730	13070	0	0	0	0	0	0	0
FEBREIRO	5380	0	5230	7180		89810	0	3870	0	170	2630	0	14490	20240	0	0	0	0	0	0	0
MARÇO	5100	2460	2270	7780		44090	53400	3170	250	0	2410	190	10940	12340	0	0	0	0	0	0	0
ABRIL	6860	6040	0	5090		0	98350	4900	0	150	2310	0	10460	6280	0	0	0	0	0	0	0
MAIO	5700	6200	0	10970		0	103890	5630	480	0	2410	0	16780	9260	0	0	0	0	0	0	0
JUNHO	5550	5260	0	13130		0	108630	9740	650	730	2520	0	11670	1010	0	0	0	0	0	0	0
JULHO	8700	7590	0	11820		0	128680	6460	410	440	1050	180	10470	3320	0	0	0	0	0	0	0
AGOSTO	7180	6570	0	15720	40	0	129830	3950	400	710	2040	250	17870	6910	0	0	0	0	0	0	0
SETEMBRO	7090	6420	0	12330		0	126000	3160	540	590	1520	360	14290	24430	0	0	0	0	0	0	0
OUTUBRO	7390	6510	0	10650		0	111100	1420	1120	1840	2840	710	17200	34880	0	0	0	0	0	0	0
NOVEMBRO	5690	5690	0	7530	50	0	95730	0	350	590	3680	1010	11730	45880	0	0	0	0	0	0	0
DEZEMBRO	4400	5800	0	8060		0	113200	0	300	580	3280	180	11740	17300	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	77970	59540	14340	118400	90	249100	1066810	46770	4500	6060	29250	2880	162370	194920	0	0	0	0	0	0	0

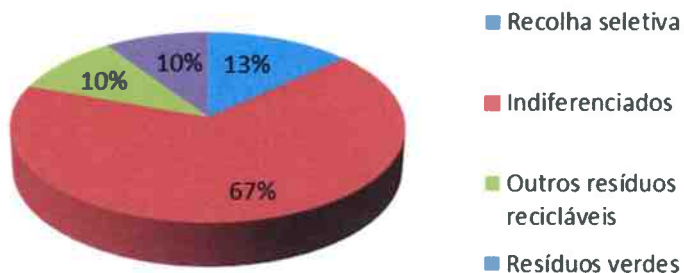
R3 — Reciclagem/recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes (incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas).

R13 — Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada).

D1 — Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc.).

Handwritten signature/initials

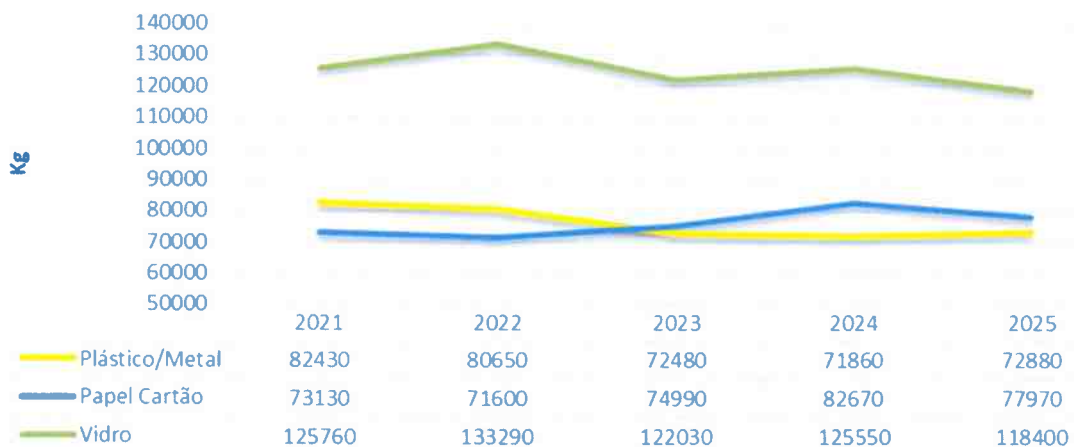
Peso relativo de cada tipo de resíduo



Evolução da recolha de resíduos (kgs)

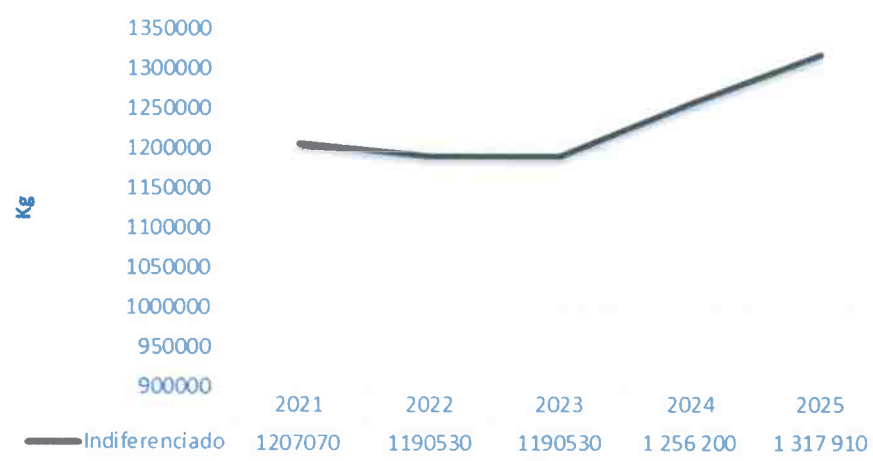
Tipo	2024	2025	Varição
Recolha seletiva	280 080	269 340	-3,83%
Indiferenciados	1 317 570	1 364 680	3,58%
Outros resíduos recicláveis	195 090	205 060	5,11%
Resíduos verdes	114 130	194 920	70,79%

Recolha seletiva



Handwritten initials/signature in the top right corner.

Recolha indiferenciado



3. CLIENTES

3.1 Caracterização

Os clientes da Nordeste Ativo E.M., S.A. são todos os proprietários ou usufrutuários de imóveis ou negócios que residem no concelho de Nordeste e utilizam os serviços de águas, saneamento e recolha de resíduos.

Desta forma a caracterização dos clientes está correlacionada com a população do concelho.

O concelho de Nordeste em termos de população é o mais pequeno da ilha de São Miguel, com uma população em 2021 de 4.369 habitantes, correspondente a cerca de 3,3% da população da ilha. O concelho tem uma área de 101,5Km², cerca de 13,6% da área da ilha de São Miguel e está subdividido em 9 freguesias, conforme quadro abaixo:

Número de habitantes por freguesia

Nordeste	Fazenda	S. Pedro	St. António	Algarvia	Santana	Achada	Achadinha	Saíga
1.160	749	245	260	240	380	387	463	485

A nível económico o concelho de Nordeste é relativamente pouco desenvolvido, o que resulta num tecido empresarial reduzido e num baixo poder de compra da população, justificando a posição do Município de não repercutir no consumidor final o custo efetivo da gestão dos sistemas de saneamento, resíduos e abastecimento de água.

AM SV
L1

Os clientes são divididos por vários tipos de consumidor conforme a atividade exercida.

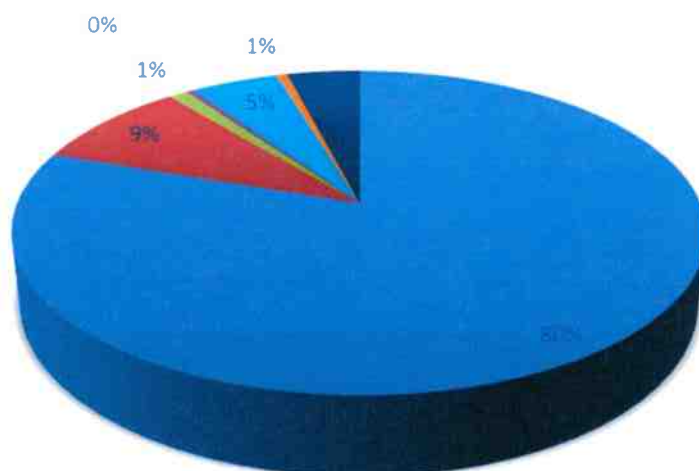
Número de clientes por tipo de consumidor

Tipo de Consumidor	2024	2025	Variação
Doméstico	2 495	2 501	0,24%
Comércio/Indústria	267	276	3,37%
Instituições	34	33	-2,94%
Obras	11	16	45,45%
Agro Pecuária	144	148	2,78%
Administração Central	18	18	0,00%
Administração Local	126	128	1,59%
TOTAL	3 095	3 120	0,81%

Os dados são relativos ao mês de dezembro.

Peso relativo de cada tipo de consumidor

2025



■ Doméstico ■ Comércio/Indústria ■ Instituições ■ Obras ■ Agro Pecuária ■ Administração Central ■ Administração Local

3.2 Evolução

A nível demográfico os dados históricos indicam uma tendência de redução da população residente, resultante do envelhecimento da população e da redução da taxa de natalidade, bem como dos fluxos demográficos de migração e emigração. Esta tendência prevê-se que se venha a manter no futuro.

Art. 1.
R. L.

Número de habitantes

1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
11.553	11.180	8.885	6.803	5.490	5.291	4.937	4369

Número de habitantes por grupo etário

	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
0 - 14 anos	3.961	9.325	s/dados	1.290	1.041	876	576
15 - 24 anos	1.707	1.495	s/dados	926	810	638	520
25 - 64 anos	4.736	3.585	s/dados	2.317	2.492	2.550	2.349
Mais de 65 anos	776	870	s/dados	957	948	873	924

A contrariar a redução do consumo devido à redução da população, está o aumento do fluxo turístico e o aumento de unidades de alojamento e casas de veraneio no concelho. Esta é uma tendência que tem vindo a aumentar desde a liberalização do espaço aéreo nos Açores e é esperado que se mantenha a tendência de crescimento no futuro. No entanto o fluxo turístico apresenta uma atividade muito sazonal, pelo que se espera um aumento do consumo principalmente nos meses de verão.

4. INVESTIMENTOS

No ano de 2025 a Nordeste Ativo não teve acesso a subsídios de apoio ao investimento, condição imprescindível para a concretização de investimentos de relevo.

Foram aprovadas em 2025 as seguintes candidaturas aos Fundos Comunitários do Açores 2030:

- REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA À VILA DE NORDESTE E FREGUESIAS DA ACHADINHA E SALGA, AUTOMATIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO CONCELHO, com um custo elegível de 1.287.512,41€, com uma taxa de cofinanciamento de 85%
- RECOLHA SELETIVA DOS BIORRESÍDUOS, RESÍDUOS VERDES E MONOS NO CONCELHO DE NORDESTE, com um custo elegível de 365.826,61€, com uma taxa de cofinanciamento de 85%.

A execução destes investimentos decorrerá durante o ano de 2026.

MS
L

5. RECURSOS HUMANOS

Quadro de pessoal por categoria profissional

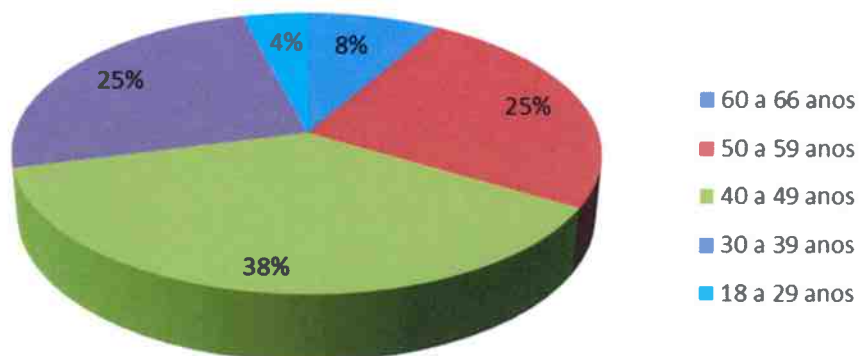
Categoria profissional	Nº de colaboradores
Escriturário	2
Assistente Administrativo	1
Assistente Operacional	1
Auxiliar de Serviços Gerais	2
Canalizador	2
Leitor Cobrador	1
Motorista de Pesados	2
Técnico	1
Técnico de 2º	1
Tecnico de Contabilidade	1
Gestor	1
Contínuo	1
Servente	7
Programas de Emprego	1
TOTAL	24

O quadro permanente de pessoal da empresa é formado por 24 colaboradores, sendo 20 do sexo masculino e 4 do sexo feminino.

A média de idade dos colaboradores é de 43 anos e é distribuída da seguinte forma:

Idades	Nº de colaboradores
60 a 66 anos	2
50 a 59 anos	6
40 a 49 anos	9
30 a 39 anos	6
18 a 29 anos	1
TOTAL	24

Handwritten initials and marks in the top right corner.



Evolução dos gastos com pessoal (€)

Rúbrica	2024	2025	Varição
Remuneração dos órgãos sociais	0,00	0,00	0,00%
Remuneração do pessoal	347 640,83	375 798,39	8,10%
Encargos sobre as remunerações	75 209,21	81 933,66	8,94%
Seguros	5 310,03	4 239,76	-20,16%
Gastos de ação social	0,00	0,00	0,00%
Outros gastos com pessoal	4 793,94	3 593,27	-25,05%
TOTAL	432 954,01	465 565,08	7,53%

6. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

6.1 Análise Económica

O resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) apresenta um valor positivo de 76.824,94€.

Descrição	2024	2025	Varição
Resultados operacionais	196 878,96	76 824,94	-60,98%
Resultados financeiros	-95 035,41	-64 258,12	-32,39%
Resultados antes de impostos	101 843,55	12 566,82	0,00%
Imposto sobre o rendimento	-18 143,16	-454,85	-97,49%
Resultado líquido	83 700,39	12 111,97	-85,53%

MSV
L:

A nível do balanço, ocorreu a seguinte evolução:

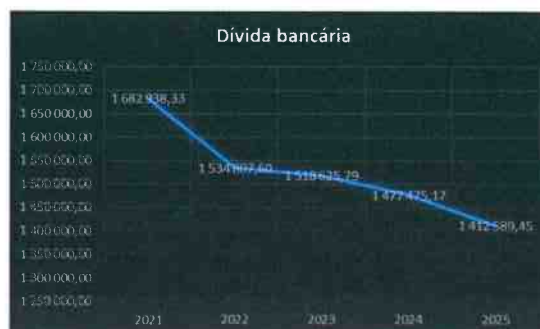
	2024	2025	Variação
Ativo líquido	2 369 543,35	3 622 592,02	52,88%
Não corrente	2 114 375,80	1 928 394,52	-8,80%
Corrente	255 167,55	1 694 197,50	563,95%
Capitais Próprios	519 341,29	1 643 496,95	216,46%
Capital social	50 000,00	50 000,00	0,00%
Passivo	1 850 202,06	1 979 095,07	6,97%
Não corrente	1 419 251,94	1 354 926,72	-4,53%
Corrente	430 950,12	624 168,35	44,84%

A nível do financiamento bancário, verificou-se a seguinte evolução:

Financiamento bancário	2024	2025	Variação
Não corrente (Longo Prazo)	1 419 237,61	1 354 904,03	-64 333,58
Corrente (Curto Prazo)	58 237,56	57 685,42	-552,14
TOTAL	1 477 475,17	1 412 589,45	-64 885,72

A descida das taxas Euribor em 2025 aliado à reestruturação do passivo levada a cabo em 2024, levou a uma diminuição de 30.777€ com os custos de financiamento, o que representa uma descida de 32%

Financiamento	2021	2022	2023	2024	2025
Juros	41 144,13	39 025,25	77 326,06	95 035,41	64 258,12
Dívida bancária	1 682 938,33	1 534 807,60	1 518 625,79	1 477 475,17	1 412 589,45



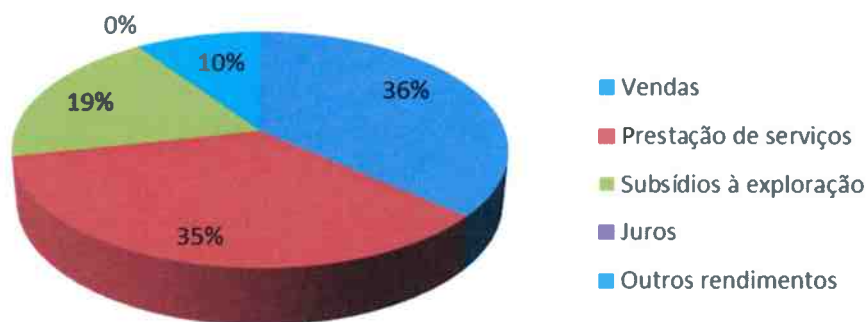
Handwritten initials and marks in the top right corner.

6.2 Rendimentos

Os rendimentos no ano de 2025 tiveram uma subida de 2% relativamente ao ano anterior, devido ao aumento do valor do contrato-programa e da atualização do tarifário.

Rendimentos (€)	2024	2025	Variação
Vendas	395 155,33	391 184,56	-1%
Prestação de serviços	350 021,05	376 416,31	8%
Subsídios à exploração	196 576,00	203 227,00	3%
Juros	0,58	1,07	84%
Outros rendimentos	107 367,87	103 191,29	-4%
TOTAL	1 049 120,83	1 074 020,23	2%

Peso relativo de cada rendimento

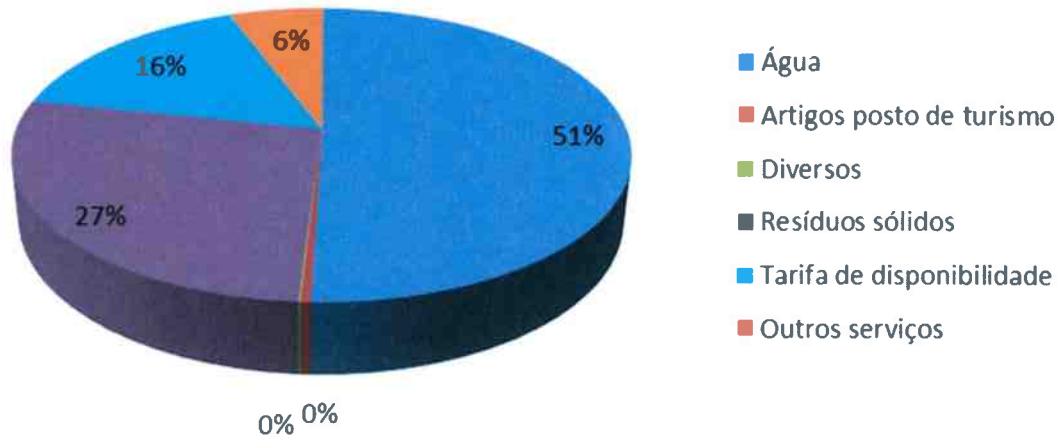


A evolução do rédito da empresa detalha-se da seguinte forma:

Rúbrica	2024	2025	Variação
VENDAS			
Água	392 729,90	387 188,75	-1,41%
Artigos posto de turismo	1 473,73	3 168,24	114,98%
Diversos	951,70	827,57	0,00%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Resíduos sólidos	193 911,71	208 526,24	7,54%
Tarifa de disponibilidade	119 076,93	123 321,53	3,56%
Outros serviços	63 427,67	44 568,54	-29,73%
TOTAL	771 571,64	767 600,87	-0,51%

AM
 JAT
 Lu.

Peso relativo de cada rédito



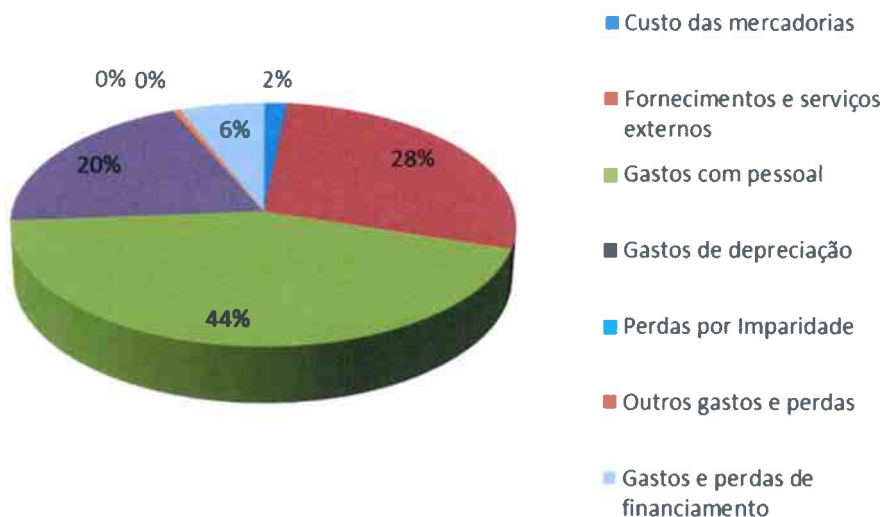
6.3 Gastos

A evolu o dos gastos da empresa detalha-se da seguinte forma:

Gastos (�)	2024	2025	Variac�o
Custo das mercadorias	12 860,64	17 809,27	38,48%
Fornecimentos e servi�os externos	229 899,25	298 432,41	29,81%
Gastos com pessoal	432 954,01	465 565,08	7,53%
Gastos de deprecia�o	172 996,43	210 307,18	21,57%
Perdas por Imparidade	0,00	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	3 464,04	5 081,35	46,69%
Gastos e perdas de financiamento	95 035,41	64 258,12	-32,39%
TOTAL	947 209,78	1 061 453,41	12,06%

Handwritten signature and initials

Peso relativo dos gastos



Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica	2024	2025	Variação
Subcontratos	74 048,36	121 296,94	63,81%
Trabalhos especializados	53 877,60	48 192,29	-10,55%
Publicidade e propaganda	359,55	443,70	23,40%
Vigilância e segurança	0,00	0,00	0,00%
Honorários	5 155,60	9 065,11	75,83%
Conservação e reparação	24 026,73	45 610,82	89,83%
Serviços bancários	4 220,51	3 197,92	-24,23%
Taxas ERSARA	8 298,72	10 396,64	25,28%
Livros e Documentação Técnica	1 090,39	552,91	-49,29%
Ferramentas e Utensílios	114,06	24,21	-78,77%
Material de escritório	1 710,11	1 157,55	-32,31%
Artigos para oferta	0,00	0,00	0,00%
Outros materiais	0,00	1 276,07	100,00%
Eletricidade	3 330,02	4 530,05	36,04%
Combustíveis	33 175,45	34 075,45	2,71%
Deslocações e estadas	0,00	227,70	100,00%
Rendas e alugueres	90,00	0,00	0,00%
Comunicação	8 326,93	7 808,33	-6,23%
Seguros	3 512,72	3 497,46	-0,43%
Contencioso e notariado	125,00	317,00	153,60%
Despesas de representação	110,00	0,00	-100,00%
Limpeza, higiene e conforto	50,93	771,81	1415,43%
Serviços Cloud	629,33	895,24	42,25%
Outros serviços	7 647,24	5 095,21	-33,37%
TOTAL	229 899,25	298 432,41	29,81%

6.4 Indicadores Financeiros

Rácios	2024	2025	Varição
Divida líquida financeira	73,21%	45,19%	-38,28%
Rendibilidade operacional	49,64%	37,41%	-24,64%
Autonomia financeira	21,92%	45,37%	107,00%
Solvabilidade	28,07%	83,04%	195,85%

Divida líquida financeira = Passivo MLP / (Passivo MLP + Capital Próprio)

Rendibilidade operacional = EBITDA / Vendas e prestação de serviços

Autonomia financeira = Capital Próprio / Ativo

Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo

6.5 Evolução Previsível

As guerras entre os Estados Unidos e Israel contra o Irão, veio trazer uma grande instabilidade aos mercados e economia mundial. A Nordeste Ativo poderá ser afetada com a subida das taxas de juros, custos com combustíveis e a inflação em geral.

Também a nível da receita, a redução dos voos para a ilha de São Miguel poderá causar uma forte redução no número de turistas, o que terá impacto na redução do consumo de água.

No exercício de 2026 irão realizar-se os investimentos para os quais foram aprovadas as candidaturas aos fundos comunitários do PO2030 e prevê-se a realização de novas candidaturas.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido positivo do exercício de 2025, no valor de 12.111,97€, tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal.....	605,60€
Resultados Transitados.....	11.506,37€

SV
ef
R
L

8. NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece:

- ✓ à **Câmara Municipal de Nordeste** pela confiança e apoio demonstrados;
- ✓ aos membros da **Assembleia Geral** pela colaboração dispensada;
- ✓ ao **Revisor Oficial de Contas e Técnico Oficial de Contas** pela rigor e transparência das nossas contas;
- ✓ à **ERSARA** pelo incentivo à prestação de um serviço de qualidade;
- ✓ aos **Clientes** pela utilização dos nossos serviços;
- ✓ a todos os **Colaboradores** da empresa pelo profissionalismo e dedicação demonstrados;
- ✓ a todos os **Fornecedores** pelo interesse e pela qualidade dos serviços;
- ✓ de forma geral, a todas as **Entidades** que colaboraram connosco no ano de 2025.

Nordeste, 20 de março de 2026.

O Conselho de Administração

António Miguel Borges
Soares



(Presidente do Conselho de
Administração)

Luís Manuel Raposo de
Lima



(Vogal)

Sara Raquel Mendonça de
Sousa



(Vogal)

ed. 88
PA L.

Demonstrações Financeiras

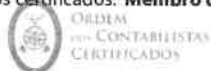
Balço em 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rubrica	Notas	2025	2024
ATIVO			
		0	0
Ativo não corrente		0	0
Ativos fixos tangíveis	3,6,10	€ 1.824.978,80	€ 2.110.995,40
Propriedades de investimento		€ -	€ -
Goodwill		€ -	€ -
Ativos intangíveis	3 e 7	€ 99.953,74	€ -
Ativos biológicos		€ -	€ -
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		€ -	€ -
Outros investimentos financeiros	3 e 10	€ 3.461,98	€ 3.380,40
Créditos a receber		€ -	€ -
Ativos por impostos diferidos		€ -	€ -
Total ativo não corrente		€ 1.928.394,52	€ 2.114.375,80
Ativo corrente		€ -	€ -
Inventários	3,9	€ 38.569,91	€ 35.293,88
Ativos biológicos		€ -	€ -
Clientes	3 e 10	€ 100.241,99	€ 62.014,89
Estado e outros entes públicos	3,19	€ 17.583,76	€ 4.530,00
Capital subscrito e não realizado		€ -	€ -
Outras créditos a receber	3,10,19	€ 1.479.304,85	€ 102.247,49
Diferimentos	3,19	€ 2.286,62	€ 1.280,45
Ativos financeiros detidos para negociação		€ -	€ -
Outros ativos financeiros		€ -	€ -
Ativos não correntes detidos para venda		€ -	€ -
Caixa e depósitos bancários	3,4,10	€ 56.210,37	€ 49.800,84
Total ativo corrente		€ 1.694.197,50	€ 255.167,55
Total ativo		€ 3.622.592,02	€ 2.369.543,35
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio		€ -	€ -
Capital subscrito	5,10,19	€ 50.000,00	€ 50.000,00
Ações (quotas) próprias		€ -	€ -
Outros instrumentos de capital próprio		€ -	€ -
Prémios de emissão		€ -	€ -
Reservas legais	10,19	€ 2.776,34	€ 2.776,34
Outras reservas		€ -	€ -
Resultados transitados	19	€ 468.390,56	€ 552.090,95
Excedentes de revalorização		€ -	€ -
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15,19	€ 2.046.999,20	€ 934.955,51
Resultado líquido do período	19	€ 12.111,97	€ 83.700,39
Dividendos antecipados		€ -	€ -
Total capital próprio		€ 1.643.496,95	€ 519.341,29
Passivo		€ -	€ -
Passivo não corrente		€ -	€ -
Provisões		€ -	€ -
Financiamentos obtidos	3,10,11	€ 1.354.904,03	€ 1.419.237,61
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		€ -	€ -
Passivos por impostos diferidos	3,17	€ 22,69	€ 14,33
Outras dívidas a pagar		€ -	€ -
Total passivo não corrente		€ 1.354.926,72	€ 1.419.251,94
Passivo corrente		€ -	€ -
Fornecedores	3 e 10	€ 59.768,51	€ 32.176,74
Adiantamentos de clientes		€ -	€ -
Estado e outros entes públicos	3,19	€ 9.499,00	€ 27.735,23
Financiamentos obtidos	3	€ 57.685,42	€ 58.237,56
Outras dívidas a pagar	3,10,11,19	€ 497.215,42	€ 312.800,59
Diferimentos		€ -	€ -
Passivos financeiros detidos para negociação		€ -	€ -
Outros passivos financeiros		€ -	€ -
Passivos não correntes detidos para venda		€ -	€ -
Total passivo corrente		€ 624.168,35	€ 430.950,12
Total		€ 1.979.095,07	€ 1.850.202,06
Total capital próprio e passivo		€ 3.622.592,02	€ 2.369.543,35

Num. de identificação: 10687977

Data: 2026.03.19 15:56:01-01'00'

Assinado por: **Elisabete do Carmo Pacheco****Tavares**Atributos certificados: **Membro da OCC nº 53446**

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2025

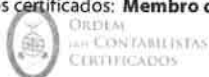
(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	3,13,20	€ 767.600,87	€ 745.176,38
Subsídios à exploração	3,5,15	€ 203.227,00	€ 196.576,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		€ -	€ -
Variação nos inventários da produção		€ -	€ -
Trabalhos para a própria entidade		€ -	€ -
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3,9	-€ 17.809,27	-€ 12.860,64
Fornecimentos e serviços externos	19,2	-€ 298.432,41	-€ 229.899,25
Gastos com o pessoal	3,5,18,20	-€ 465.565,08	-€ 432.954,01
Imparidade / Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		€ -	€ -
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		€ -	€ -
Provisões (aumentos / reduções)		€ -	€ -
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas / reversões)		€ -	€ -
Aumentos / reduções de justo valor		€ 81,58	-€ 67,50
Outros rendimentos	3	€ 103.110,78	€ 107.368,45
Outros gastos	10	-€ 5.081,35	-€ 3.464,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	19	€ 287.132,12	€ 369.875,39
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19	-€ 210.307,18	-€ 172.996,43
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		€ -	€ -
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3,6	€ 76.824,94	€ 196.878,96
Juros e rendimentos similares obtidos		€ -	€ -
Juros e gastos similares suportados	3,10,11,19	-€ 64.258,12	-€ 95.035,41
Resultado antes de impostos		€ 12.566,82	€ 101.843,55
Imposto sobre o rendimento do período	3,17	-€ 454,85	-€ 18.143,16
Resultado líquido do período		€ 12.111,97	€ 83.700,39

Assinado por: **Elisabete do Carmo Pacheco Tavares**

Num. de Identificação: 10687977

Data: 2026.03.19 15:56:01-01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas****Certificados**Atributos certificados: **Membro da OCC n° 53446**

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

Fluxos de caixa de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rubrica	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		€ 985.623,95	€ 796.888,13
Pagamentos a fornecedores		-€ 355.129,95	-€ 260.536,01
Pagamentos ao pessoal		-€ 450.157,87	-€ 434.068,53
Caixa gerada pelas operações		€ 180.336,13	€ 102.283,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-€ 29.260,10	-€ 839,95
Outros recebimentos/pagamentos		-€ 13.409,99	€ 52.804,67
Fluxos de caixa das atividades operacionais		€ 137.666,04	€ 154.248,31
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-€ 3.209,72	€ -
Ativos intangíveis		€ -	€ -
Investimentos financeiros		€ -	€ -
Outros ativos		€ -	€ -
Recebimentos provenientes de:		€ -	€ -
Ativos fixos tangíveis		€ -	-€ 1.096,01
Ativos intangíveis		€ -	€ -
Investimentos financeiros		€ -	€ 411,20
Outros ativos		€ -	€ -
Subsídios ao investimento		€ -	€ -
Juros e rendimentos similares		€ -	€ -
Dividendos		€ -	€ -
Fluxos de caixa das atividades de investimento		-€ 3.209,72	-€ 684,81
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		€ -	€ -
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		€ -	€ 120.061,73
Cobertura de prejuízos		€ -	€ -
Doações		€ -	€ -
Outras operações de financiamento		€ -	€ -
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-€ 64.233,09	-€ 129.594,03
Juros e gastos		-€ 63.813,70	-€ 68.988,50
Dividendos		€ -	€ -
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		€ -	€ -
Outras operações de financiamento		€ -	€ -
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-€ 128.046,79	-€ 78.520,80
Variação de caixa e seus equivalentes		€ 6.409,53	€ 75.042,70
Caixa e seus equivalentes no início do período		€ 49.800,84	€ 48.563,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período		€ 56.210,37	€ 123.606,57

Handwritten initials and marks in the top right corner, including "SY" and "Ls".

ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade

NORDESTE ATIVO E.M., S.A.

1.2. Sede

Rua Dr. Manuel João da Silveira, n.º 1 A, freguesia e concelho de Nordeste

1.3. Natureza da atividade

A NORDESTE ATIVO E.M., S.A. é uma entidade empresarial local de gestão de serviços de interesse geral, pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal e sob a forma de sociedade anónima, constituída em 5 de setembro de 2005. A entidade tem como objeto social:

- a) A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste;
- b) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas.

Em complemento daquelas atividades, poderá a Empresa Municipal exercer, diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A entidade encontra-se, portanto, registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, e 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos e 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória, como atividades secundárias.

Handwritten initials and marks in the top right corner, including "SR" and "Lr".

1.4. Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas

O capital social da entidade, no valor de 50.000,00€, é totalmente detido pela Câmara Municipal de Nordeste sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, local onde pode ser obtidas as demonstrações financeiras consolidadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da especialização dos exercícios (regime de acréscimo) e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em conformidade com as disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, e altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, republica o Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, com a homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística;

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e integram o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que provocassem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que as mesmas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, apresentam-se em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas:

A entidade aplica as suas políticas contabilísticas consistentemente para transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, permitindo não só que as demonstrações financeiras proporcionem informação fíável e relevante sobre os efeitos das mesmas na posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa, mas também permitindo que tal informação seja comparável ao longo do tempo.

As demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as NCRF, foram preparadas no pressuposto da continuidade.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados utilizando as bases de mensuração constantes da Estrutura Conceptual enquanto parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e de acordo com as disposições de cada NCRF para o efeito.

AM SV
PK L₂

Ativos fixos tangíveis

Determinado item é reconhecido como ativo quando diga respeito a um recurso controlado pela entidade, como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos AFT imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Existindo algum indício de uma alteração significativa da vida útil de determinado item do AFT é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos do ativo fixo tangível são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gastos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os itens do ativo intangível são classificados para reconhecimento como um ativo se, e apenas se, forem identificáveis. Um ativo satisfaz o critério de identificabilidade na definição de um ativo intangível quando:

- a) For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
- b) Resultar de direitos contratuais ou de outros legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

AM SV
AL L:

Um ativo intangível é inicialmente mensurado pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

Um ativo intangível com uma vida indefinida não é amortizado, sendo revistos a cada período os acontecimentos e circunstâncias que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

Imparidade de ativos

À data de cada relato financeiro, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)” ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do Ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada Ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as mesmas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica supra referida sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores. Não é permitida a reversão de imparidade em instrumentos de capital próprio.

AM.SV
L.S

Inventários

Os inventários são ativos (a) detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial; (b) no processo de produção para tal venda; ou (c) na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de compra de inventários inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade), os custos de transporte, manuseamento e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja ao justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros deverá ser, em cada data de relato, reconhecidas na demonstração de resultados pelo justo valor, exceto:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado

Handwritten initials and a mark, possibly "M.S." and "L.", in the top right corner.

menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam i) de montante fixo, ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Exemplos de instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado:

- Clientes e outros créditos a receber ou outras dívidas a pagar, bem como empréstimos bancários;
- Investimentos em obrigações não convertíveis;
- Créditos a receber ou dívidas a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração no montante a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração de resultados;
- Empréstimos a subsidiárias ou associadas que sejam exigíveis; ou
- Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

Na categoria de instrumentos financeiros incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.



No final de cada período de relato financeiro são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários, mensurados pelo seu valor nominal, e mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Custos dos Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

AM-SV
Lc

Rédito

O rédito é o rendimento que surge no decurso das atividades ordinárias de uma entidade, como sejam vendas, prestações de serviços, juros, dividendos e royalties.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade;
- d) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí

Am. Sr
L

poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Acontecimentos Subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles subsequentes, favoráveis e desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Poderão ser identificados dois tipos de acontecimentos: os que dão lugar a ajustamentos e que, como tal, proporcionam prova de condições que existiam à data do balanço; e os que não dão lugar a ajustamentos, sendo indicativos de condições que surgiram após a data do balanço e que, como tal, devem ser divulgados.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos, ativos e passivos, são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a menos que resultem do reconhecimento inicial do *trespasse* (*goodwill*), do reconhecimento inicial de um Ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico (perda contabilística) nem o lucro tributável (perda fiscal).

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

AM-SV
L5

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com férias e subsídio de férias são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data de relato financeiro foram estimados e incluídos na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “Outros créditos a receber”.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

Todas as políticas contabilísticas relevantes foram mencionadas no ponto anterior.

3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram mais impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos durante o período contabilístico seguinte.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a entidade adotou certos pressupostos e estimativas envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão tiveram por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas na elaboração de tais estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análise de imparidades, nomeadamente, de créditos a receber;
- c) Gastos com pessoal referentes a férias/ subsídio de férias a pagar no exercício seguinte.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que

Handwritten initials and marks in the top right corner.

não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	192,91	786.307,21	786.325,28	174,84
Depósitos à Ordem	49.607,93	1.039.061,69	1.032.633,99	56.035,63
Outros Depósitos Bancários				
Total de Caixa e Depósitos Bancários	49.800,84	1.825.368,90	1.818.959,27	56.210,47
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da entidade.

5. Partes relacionadas

Uma parte está relacionada com uma entidade se:

(a) Direta, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, a parte:

- Controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum de uma entidade;
- Tiver um interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou
- Tiver um controlo conjunto sobre a entidade.

(b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja o empreendedor de acordo com a NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e interesses em associadas; ou

(c) A parte for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe.

5.1. Relacionamentos com empresas-mãe

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é detida em 100% pela Câmara Municipal de Nordeste, contribuinte número 512 042 659, sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, sendo as demonstrações financeiras consolidadas na mesma. A empresa-mãe imediata é a controladora final tendo a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras que são disponibilizadas para uso público.

AM. SV
L.

As entidades que participam no capital da entidade declarante e as entidades em que a mesma participa apresentam-se, resumidamente, com as seguintes características:

Entidades que participam no capital da empresa declarante

NIF	512 042 659
Denominação	Câmara Municipal de Nordeste
Sede	Praça da República, Nordeste
Participação imediata no capital social - valor	50,000.00 €
Participação imediata no capital social - %	100%
Participação de direitos de voto - %	100%
Data de início da participação no capital da empresa	05-09-2005
É a entidade controladora final?	Sim

NIF	512 092 095
Denominação	Gedernor - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Turísticos do Nordeste, S.A. - Em liquidação
Sede	Rua António Alves de Oliveira, 46, Nordeste
Natureza da relação	Associada
Consolidação de Contas do Grupo	Sim
Método de Consolidação de Contas	Método de Equivalência Patrimonial
Capital Próprio	Sem informação financeira
Resultado Líquido do último exercício	Sem informação financeira
Participação imediata no capital social - valor	24.500,00 €
Participação imediata no capital social - %	49%
Participação de direitos de voto - %	49%
Data de início da participação no capital da empresa	23-09-2005

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

5.2. Transações entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 as transações de natureza comercial e os saldos pendentes com partes relacionadas eram, resumidamente, os que se apresentam:

AM-SV
L:

Rubrica	Empresa-mãe - CMN	Associada - Gedernor
Serviços Obtidos		
Serviços Prestados	104.212,23	
Subsídio à Exploração Otidos	203.226,94	
Contas a pagar Correntes	33.870,00	
Contas a Receber Correntes	3.267,53	282.013,31
Serviços Obtidos	-	
Serviços Prestados	110.424,78	
Subsídio à Exploração Otidos	196.576,00	
Contas a pagar Correntes	33.870,00	
Contas a Receber Correntes	3.631,06	282.013,31

No exercício de 2015 foi reconhecida a imparidade dos saldos devedores da Associada Gedernor, S.A. considerando a situação de insolvência em que se encontra. Por decisão da Administração da empresa, aquele ajustamento foi levado a resultados transitados.

6. Ativos Fixos Tangíveis

6.1. Divulgações sobre Ativos Fixos Tangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciable dos ativos fixos tangíveis imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As depreciações do exercício, no montante de 172.996,43€ (174.325,15€ em 2023) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho. Para bens de investimento de valor reduzido (inferior a 1.000,00€) assumiu-se a vida útil de um ano.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Terrenos e Recursos Naturais	n/a
Edifícios e Outras Construções	Entre 4 e 50 anos
Equipamento Básico	Entre 4 e 50 anos
Equipamento de Transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	Entre 3 e 10 anos

d) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

AM-5V
L

	Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	184.054,50	2.494.615,73	641.210,45	386.876,22	25.649,08	30.263,11	167.741,67	3.930.410,76
2	Depreciações acumuladas iniciais	-	855.476,78	528.132,65	383.385,55	22.617,91	29.802,47	-	1.819.415,36
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Quantia líquida escriturada inicial (4=1-2-3)	184.054,50	1.639.138,95	113.077,80	3.493,67	3.031,17	460,64	167.741,67	2.110.995,40
5	Movimentos do período: (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	-	115.541,81	17.597,69	1.904,00	1.137,56	857,01	152.967,57	286.016,50
5.1	Total das adições	-	-	14.375,00	-	2.886,53	1.308,79	5.674,00	24.244,32
	Aquisições em 1.ª mão	-	-	-	-	2.886,53	1.308,79	-	4.195,32
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-	-	-
	Acréscimo por revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras	-	-	14.375,00	-	-	5.674,00	-	20.049,00
5.2	Total das diminuições	-	124.260,36	31.972,69	1.904,00	1.748,97	451,78	158.641,57	318.979,37
	Depreciações	-	124.260,36	31.972,69	1.904,00	1.748,97	451,78	-	160.337,80
	Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
	Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
5.3	Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	158.641,57	158.641,57
5.4	Transferências de AFT em curso	-	8.718,55	-	-	-	-	-	8.718,55
5.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
5.6	Outras transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
6	Quantia líquida escriturada final (6=4+5)	184.054,50	1.523.597,14	95.480,11	1.586,67	4.168,73	1.317,65	14.774,10	1.824.978,90
7	Quantia da garantia de passivos s/ou titularidade restringida	-	-	-	-	-	-	-	-

As obrigações financeiras por locações de ativos fixos tangíveis são garantidas pela entrega de livrança a favor do Locador, com montante e data de vencimento em branco, ficando o locador com a faculdade de proceder ao respetivo preenchimento de acordo com o estipulado na Autorização de Preenchimento de Livrança.

À data de relato financeiro a empresa apresentava um saldo de 14.774,00€ em investimentos em curso referente ao Reforço do Abastecimento de água nas freguesias da Salga, Achadinha e Vila do Nordeste. Esta obra foi alvo de candidatura aprovada no âmbito do FEDER.

7. Ativos Intangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo intangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

apm.8r
Lr

b) Métodos de depreciação usados

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	3 anos
Projetos de desenvolvimento	3 anos

d) Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as amortizações:

Descrição	Programas de Computador	Projetos de Desenvolvimento	Total	
Com vida útil indefinida:				
1	Quantia bruta escriturada inicial			
2	Perdas por imparidade acumuladas			
3	Quantia líquida escriturada final			
Com vida útil finita:				
4	Quantia bruta escriturada inicial	10.266,00	178.210,00	188.476,00
5	Amortizações acumuladas iniciais	10.266,00	178.210,00	188.476,00
6	Perdas por imparidade acumuladas iniciais			
7	Quantia líquida escriturada inicial (7= 4-5-6)			
8	Movimentos do período: (8=8.1-8.2+8.3+...+8.6)		99.953,74	99.953,74
8,1	Total das adições			
8,2	Total das diminuições		49.969,38	49.969,38
Diminuições	Amortizações		49.969,38	49.969,38
	Perdas por imparidade			
	Alienações			
	Abates			
Outras				
8,3	Reversões de perdas por imparidade			
8,4	Transferências de intangíveis em curso		149.923,12	149.923,12
8,5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda			
8,6	Outras transferências			
9	Quantia líquida escriturada final (9=7+8)		99.953,74	99.953,74
10	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida			

8. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

8.1 Investimentos em associadas

O investimento na associada Gedemor, S.A. foi, inicialmente, registado pelo seu custo e, posteriormente, por indicação do Conselho de Administração, desreconhecido com reflexo nos capitais próprios na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros”, na sequência dos resultados apresentados nos últimos exercícios económicos e, conseqüentemente, do valor do seu capital próprio. A quota-parte nas perdas foi reconhecida até ao montante do investimento efetuado sem que se tenha reconhecido perdas adicionais uma vez que não se verificaram condições que o justificassem.

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedemor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

a) Informação sobre as quantias escrituradas e movimentos no período decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial

A participada tem registado resultados líquidos insuficientes sem que outras alterações no seu capital próprio se tenham verificado a ponto de o mesmo se tornar positivo, pelo que não se verificaram quaisquer movimentos no período decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, mantendo-se a participação com valor nulo.

9. Inventários

9.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra, o transporte e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Os inventários são mensurados ao custo médio de aquisição.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

9.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas; Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período; Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Descrição	2025			2024		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	4.495,72	30.798,16	35.293,88	5.465,16	26.270,07	31.735,23
Compras	2.611,44	18.473,86	21.085,30	1.272,43	15.146,86	16.419,29
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais	3.421,72	35.148,19	38.569,91	4.495,72	30.798,16	35.293,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.685,44	14.123,83	17.809,27	2.241,87	10.618,77	12.860,64

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

10.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Clientes

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Nos exercícios de 2025 não foram registadas perdas e reversões de imparidade, como se pode verificar no quadro abaixo:

Descrição	2025			2024		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dividas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-
Outras dividas a receber	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

À data de relato financeiro o saldo de clientes totalizava 100.241,99€ (62.014,89€ em 2024) incluindo clientes de cobrança duvidosa que apresentam os seguintes montantes:

Descrição	Valor
Em mora:	
Há menos de seis meses	
Há mais de seis meses e até doze meses	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	
Há mais de vinte e quatro meses	300.327,85
Perdas por imparidade acumuladas	- 300.327,85
TOTAL	-

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos à ordem e a prazo registados pelo seu valor nominal, conforme se apresenta:

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	174,74	192,91
Depósitos Bancários	56.035,63	49.607,93
Outros Depósitos Bancários		
Total	56.210,37	49.800,84

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

À data de relato financeiro o saldo de fornecedores totalizava 59.653,93€ (32.176,74€ em 2024).

Handwritten signature and initials

d) Decomposição dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os instrumentos financeiros apresentavam, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2025				2024		
	Mensurados ao Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Mensurados ao Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Imparidades acumuladas
Activos Financeiros:	1.583.008,82	1.579.546,84	-	300.327,85	3.380,40	164.262,38	300.327,85
Clientes	100.241,99	100.241,99		300.327,85		62.014,89	300.327,85
Outros créditos a receber	1.479.304,85	1.479.304,85				102.247,49	
Outros investimentos financeiros	3.461,98				3.380,40		
Passivos Financeiros:	-	1.969.573,38	-	-	-	1.822.452,50	-
Fornecedores		59.768,51				32.176,74	
Financiamentos obtidos		1.412.589,45				1.477.475,17	
Outras dívidas a pagar		497.215,42				312.800,59	

e) Outros Investimentos Financeiros

Os montantes incluídos na rubrica de “outros investimentos financeiros” respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e mensurado ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados na rubrica de “aumentos/ reduções de justo valor”.

Para valorização considerou-se o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo assumindo-o como referencial prático para o efeito, à data de 31/12/2025:

Descrição	Entregas FCT	Valor Unitário do Fundo a 31/12/2025	Valorização FCT
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) até 31/12/2025	2.996,09	1,15550	3.461,98
TOTAL	2.996,09		3.461,98

À data de relato financeiro a rubrica de “aumentos/reduções de justo valor” apresentava, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2025		2024	
	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor
Outro Investimentos Financeiros:				
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)		81,58	67,50	
Total		81,58	67,50	

AM 81
L.

Considerando que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada gasto/ rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade empregadora, há lugar ao reconhecimento de impostos diferidos que à data de relato financeiro apresentavam a seguinte decomposição:

	2025	2024
Aumento de justo valor	81,58	
Redução de justo valor		67,50
	81,58	67,50
Passivo por Impostos diferidos		10,94
Ativo por Impostos diferidos	8,36	

Em 2023, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) foi extinto, a empresa pode resgatar o montante acumulado até 31 de dezembro de 2026. Os valores podem ser utilizados para apoio à habitação dos trabalhadores, formação profissional ou investimentos sociais. Após essa data, os saldos não reclamados serão transferidos para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

f) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo custo. O valor dos empréstimos contraídos e reconhecidos à data do balanço era o que se apresenta:

Descrição	Valor atual do empréstimo		Custos de empréstimos obtidos anuais	Dos quais Juros Suportados
	Corrente	Não Corrente		
Empréstimos genéricos:				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	57.685,42	1.354.904,03	64.258,12	63.813,70
Mercado de valores mobiliários				
Participantes de capital:				
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos				
Outros participantes - suprimentos e outros mútuos				
Dos quais: Empresas participantes				
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				
TOTAL	1.412.589,45		64.258,12	63.813,70

Os movimentos registados no exercício relacionados com o reforço e/ou amortização de financiamentos obtidos foram os que, resumidamente, se apresentam:

AM
 SL

Descrição	Quantia escriturada inicial	Reforços	Amortizações	Quantia escriturada final
Descobertos Bancários:				
Santander Totta	-			-
Empréstimos ao Investimento:				
Santander Totta	32.083,42		9.166,68	22.916,74
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.				
Santander Totta				
NB Açores n.º 2371	6.436,72	4.282,36	6.517,53	4.201,55
NBA Fin. n.º 001619000015387				
Crédito Agrícola 56068407833 (3950812)	145.192,71	8.001,72	15.103,80	138.090,63
NBA n.º 0770003010				
Crédito Agrícola 56070268323	267.804,35	12.779,96	24.792,00	255.792,31
NB Açores m.º 0770003846	1.025.957,97	39.269,54	73.639,29	991.588,22
Total	451.517,20	64.333,58	154.011,30	1.412.589,45

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2025 o valor das garantias prestadas, por instituição bancária era de:

- Novo Banco dos Açores, S.A. 15.000,00€.

10.3 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Em 31 de dezembro de 2025 o capital da entidade, totalmente subscrito e realizado, no valor de 50.000,00€ era composto por cinquenta mil ações ordinárias com o valor nominal de um euro cada.

1) Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual positivo tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal ascendia a 2.776,34€ (2.776,34€ em 2024).

11. Custos dos Empréstimos Obtidos

11.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

11.2. Quantia de custos de empréstimos obtidos anual suportada

No período de relato financeiro os custos anuais suportados com financiamentos obtidos, reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam na rubrica “Juros e gastos similares suportados” de acordo com o pressuposto do acréscimo, foram os que se apresentam:

Descrição	2025	2024
Juros Suportados	63.813,70	88.023,29
Outros Gastos de Financiamento	444,42	7.012,12
Total	64.258,12	95.035,41

12. Locações

12.1. Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 não existem locações financeiras.

13. Rédito

13.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro.

Os restantes rendimentos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

13.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

O rédito reconhecido pela entidade nos exercícios de 2025 e 2024 detalha-se como se apresenta:

AM, Sr
L?

Rubricas	2025	2024
Vendas		
Água	387.188,75	392.729,90
Valorização Resíduos		
Artigos Posto Turismo	3.168,24	1.473,73
Diversos	827,57	951,70
Serviços		
Resíduos Sólidos	208.526,24	193.898,99
Tarifa Disponibilidade	123.321,53	119.069,91
De posição Resíduos		
Outros Serviços	44.568,54	37.052,15
TOTAL	767.600,87	745.176,38

No exercício de 2025, registou-se um aumento no rédito de cerca de 3%, decorrente da atualização do preçário. Esta atualização tem como objetivo assegurar a cobertura dos custos operacionais e a sustentabilidade financeira da empresa.

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Passivos contingentes à data do Balanço

No decurso do exercício de 2014 a entidade tornou público, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração, que iria proceder à alienação e arrematação em Hasta Pública da participação social, correspondente a 49%, de que é titular na empresa Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A.

Em 28 de janeiro de 2015 a Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A. apresenta a sentença de declaração de insolvência e nomeia o administrador judicial no processo de insolvência. Contudo, por decisão do Conselho de Administração, tendo por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como a experiência adquirida até então, no exercício de 2014 não foram considerados créditos de cobrança duvidosa.

Em 2015 os saldos da Gedernor, S.A., cliente c/c (280.637,86€) foram considerados de cobrança duvidosa, tendo sido reconhecida a respetiva imparidade a 100% através de resultados transitados, de acordo com a decisão do Conselho de Administração.

15. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

15.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando haja segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e os mesmos serão, efetivamente, recebidos.

Os subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante o período necessário para serem “balanceados” com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis são, inicialmente, contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciables são imputados como rendimentos durante a vida do ativo, os subsídios relacionados com ativos não depreciables são mantidos no capital próprio, a menos que se reconheça uma perda por imparidade do ativo, sendo, neste caso, transferidos para rendimentos pela parcela necessária para compensar a perda por imparidade.

A contabilização dos subsídios do Governo no capital próprio implica o reconhecimento de um ajustamento em subsídios, no montante correspondente ao imposto a que estarão sujeitos quando reconhecido o rendimento, evitando, desta forma, uma distorção do capital próprio. Este ajustamento é debitado diretamente no capital próprio por contrapartida de uma conta de credores diversos, conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, de abril de 2013. Assim sendo, à data de 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024 a entidade apresentava os seguintes montantes de subsídios ao investimento e respetivo ajustamento:

	2025	2024
Subsídios ao Investimento	2.451.478,34	1.144.934,98
Ajustamentos em Subsídios	- 379.979,14	- 185.479,47
Total de "Outras variações no capital próprio"	2.071.499,20	959.455,51

De acordo com a redação da Lei n.º 82 B/2014, de 31 de dezembro, a taxa de IRC passa a ser de 20% com uma redução de 30% aplicável à RAA e prevista no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro. Desta forma, os ajustamentos em subsídios foram reconhecidos à taxa de 14,00%, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

Handwritten initials and a checkmark: "JF SY" and "L:".

15.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente a entidade beneficiou.

A entidade tem vindo a beneficiar de subsídios atribuídos ao abrigo do Proconvergência que são reconhecidos nas demonstrações financeiras com o detalhe que se apresenta:

Descrição	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Saldo Final	Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período		Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
1 Subsídios relacionadas com activos/ao investimento (1=	2.550.273,15	98.794,81	2.451.478,34		
1.1 Activos fixos tangíveis (1.1=1.1.1+1.1.2+...+1.1.7)	2.550.273,15	98.794,81	2.451.478,34		
1.1.1 Terrenos e recursos naturais	25.500,00		25.500,00		
1.1.2 Edifícios e outras construções	2.450.528,29	79.233,72	2.371.294,57		
1.1.3 Equipamento básico	74.244,86	19.561,09	54.683,77		
1.1.4 Equipamento de transporte					
1.1.5 Equipamento administrativo					
1.1.6 Equipamentos biológicos					
1.1.7 Outros					
1.2 Activos Intangíveis (1.2=1.2.1+1.2.2+...+1.2.4)					
1.2.1 Projectos de Desenvolvimento					
1.2.2 Programas de computador					
1.2.3 Propriedade industrial					
1.2.4 Outros					
1.3 Outros activos					
2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		203.227,00			
3 Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3=3.1)					
3.1 Subsídios relacionados com activos ao investimento					
3.2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração					
4 TOTAL (4=1+2+3)	2.550.273,15	302.021,81	2.451.478,34		

Foi registado no exercício de 2025 um subsídio à exploração no valor de 203.227€, concedido pelo Município de Nordeste no âmbito do Contrato Programa.

16. Acontecimentos após a Data do Balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão a 26 de Fevereiro de 2025.

Nestes termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de fato que levaram à inclusão desta nota no Anexo às demonstrações financeiras do exercício de 2025.

17. Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando

tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2020 a 2023 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da entidade entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

A entidade é tributada através do regime geral de tributação sendo a estimativa de imposto sobre o rendimento registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais. À data de relato a taxa de imposto é aplicada de acordo com o artigo 87.º do CIRC, com uma redução de 30% de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que altera o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, portanto, uma taxa de 14,00% considerando que a entidade não é qualificada como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/207, de 6 de novembro.

17.1. Divulgação separada dos principais componentes de gasto (rendimentos) de impostos.

O gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do resultado líquido do período respeitante a impostos correntes e impostos diferidos sendo que, impostos correntes dizem respeito à quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro (perda) tributável de um período, e impostos diferidos dizem respeito à quantia decorrente da existência de diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação.

Descrição	Valor
Resultado contabilístico do período	12.566,82
Imposto corrente do período	446,49
Coleta	292,65
Tributações autónomas	10,50
Derrama	143,34
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	-
Imposto sobre o rendimento do período	446,49
Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento	

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

17.2. Relacionamento entre gasto (rendimentos) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados é como segue:

Resultado contabilístico do período	12.566,82
Diferenças permanentes:	- 3.011,03
Diferenças temporárias:	-
Resultado fiscal (a)	9.555,79
Dedução de Prejuízos (b)	- 6.211,26
Matéria coletável (c)	3.344,53
Coleta (d)	292,65
Impostos Diferidos (e)	-
Tributação Autónoma (f)	10,50
Derrama (g)	143,34
Imposto registado na demonstração de resultados	446,49

O resultado fiscal é o resultado de um período determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais sobre o qual são pagos impostos sobre o rendimento:

(a)

Resultado contabilístico do período	12.566,82
Diferenças permanentes:	- 3.011,03
Diferenças temporárias:	-
Resultado Fiscal	9.555,79

De acordo com o art.º 52.º do CIRC a entidade pode deduzir ao lucro tributável os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores, dedução que não pode exceder o montante correspondente a 65% do respetivo lucro tributável:

(b)

Prejuízos Fiscais dedutíveis	118.110,17
Resultado Fiscal	9.555,79
65% do Resultado Fiscal	6.211,26
Prejuízos Fiscais deduzidos	- 6.211,26
Matéria coletável	3.344,53

Handwritten initials and marks in the top right corner of the page.

Quando haja prejuízos fiscais dedutíveis, a matéria coletável resulta da dedução de prejuízos fiscais ao resultado tributável:

(c)

Resultado Fiscal	9.555,79
Prejuízos Fiscais deduzidos	- 6.211,26
Matéria Coletável	3.344,53

A coleta corresponde ao resultado do produto da taxa de imposto aplicável pela matéria coletável apurada.

(d)

Matéria Coletável * 0,0875	3.344,53
Coleta apurada	292,65

A aplicação do justo valor ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica o reconhecimento de impostos diferidos uma vez que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade:

(e)

Ganhos por Aumentos de Justo Valor reconhecidos no exercício	81,58
Perdas por Redução de Justo Valor reconhecidos no exercício	
Taxa nominal de imposto + Taxa de derrama - 8,75%+1,5%	10,25%
	8,36

As tributações autónomas têm a seguinte decomposição:

(f)

Despesas Representação	
Taxa de tributação autónoma	7%
Gastos com Viat.Lig. Passageiros superior a €25.000,00 inferior a €35.000,00	187,58
Taxa de tributação autónoma	6%
Despesas não documentadas	-
Taxa de tributação autónoma	35%
	10,50

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

A entidade está também sujeita e não isenta ao imposto da Derrama de 1.5%, aplicável a sujeitos passivos sediados no concelho de Nordeste e com um volume de negócios superior a €150.000,00, incidindo sobre o lucro tributável apurado no exercício:

(g)	
Resultado tributável do período	9.555,79
Taxa de derrama	1,50%
	143,34

Os impostos diferidos ativos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pela entidade aquando do apuramento de prejuízos fiscais por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros, suficientes para a sua utilização.

18. Benefícios dos Empregados

O número médio de pessoas ao serviço da entidade no decorrer do exercício e as respetivas horas trabalhadas no ano de 2025 foram as que se apresentam:

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas	22	36.960
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	22	36.960
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	22	36.960
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	22	36.960
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	18	30.240
Mulheres	4	6.720
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

Os gastos com pessoal nos exercícios de 2025 e 2024 repartem-se de acordo com as seguintes rubricas:

Descrição	2025	2024
Gastos com pessoal	465.565,08	432.954,01
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	375.798,39	347.640,83
Das quais: participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	81.933,66	75.209,21
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.239,76	5.310,03
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal	3.593,27	4.793,94
638		
Gastos com formação		147,50
Gastos com fardamento	3.593,27	4.793,94

19. Outras Informações

19.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

A administração propõe que o resultado líquido positivo no valor de 12.042,47€ seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

19.2 Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Outros Créditos a Receber e outras dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas de “Outros créditos a receber” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Outros créditos a receber	1.479.304,85	102.247,49
Fornecedores C/C	114,58	114,57
Devedores por acréscimos de rendimentos	23.040,28	52.983,66
Devedores diversos	1.456.149,99	49.149,26
Outras dívidas a pagar	497.215,42	312.800,59
Fornecedores de investimentos	33.870,00	35.169,20
Credores diversos	396.871,37	202.371,70
Credores por acréscimos de gastos	66.474,05	75.259,69

b) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	15.189,51	13.624,10
Pagamento por Conta	15.636,00	4.530,00
Pagamento Especial por Conta		
Estimativa de imposto	- 446,49	- 18.154,10
Retenção na fonte por terceiros		
Retenção na fonte a terceiros	- 391,00	- 465,48
Imposto sobre o valor acrescentado	1.947,76	1.381,65
Contribuições para a Segurança Social	- 8.661,51	- 7.734,00
Contribuições para o FCT	-	-
TOTAL ATIVO	17.583,76	4.530,00
TOTAL PASSIVO	- 9.499,00	- 27.735,23

À data de relato financeiro a entidade tinha a sua situação tributária e situação contributiva regularizadas.

c) Diferimentos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas do ativo e passivo correntes “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:



	2025	2024
Gastos a reconhecer	2.286,62	1.280,45
Seguros antecipados	432,40	68,13
Outros	1.854,22	1.212,32
Rendimentos a reconhecer		-
Outros		

d) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024
Subcontratos	121.296,94	74.048,36
	116.906,48	96.100,82
Trabalhos Especializados	48.192,29	53.877,60
Publicidade e Propaganda	443,70	359,55
Vigilância e Segurança	-	
Honorários	9.065,11	5.155,60
Conservação e Reparação	45.610,82	24.026,73
Serviços Bancários	3.197,92	4.220,51
Taxas ERSARA	10.396,64	8.460,83
	3.010,74	2.914,56
Ferramentas e utensílios Desgaste Rápido	24,21	114,06
Livros e Documentação Técnica	552,91	1.090,39
Material de Escritório	1.157,55	1.710,11
Outros Materiais	1.276,07	
	38.605,50	36.505,47
Electricidade	4.530,05	3.330,02
Combustíveis	34.075,45	33.175,45
	227,70	-
Deslocações e Estadas	227,70	
	18.385,05	20.330,04
Rendas e Alugueres		90,00
Comunicação	7.808,33	8.326,93
Seguros	3.497,46	3.512,72
Contencioso e Notariado	317,00	125,00
Despesas de Representação		110,00
Limpeza, Higiene e Conforto	771,81	50,93
Outros	5.990,45	8.114,46
TOTAL	298.432,41	229.899,25

e) Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2025	2024
Rendimentos suplementares		
Rendimentos em invest. financeiros		
Imputação de subsídios p/Investimento	98.794,81	107.348,24
Outros não especificados	4.314,90	19,63
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1,07	0,58
TOTAL	103.110,78	107.368,45

f) Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2025	2024
Impostos indiretos	1.004,57	987,00
Taxas	1.802,13	1.794,48
Correcções relativas a períodos anteriores	2.274,23	98,21
Encargos não devidamente documentados		-
Multas e penalidades		584,19
Outros não especificados	0,42	0,16
TOTAL	5.081,35	3.464,04

g) Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados dizem respeito a juros de financiamentos obtidos que, nos exercícios de 2025 e 2024, ascenderam a 64.258,12€ e 95.035,41€, respetivamente.

h) Capital Próprio

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	50.000,00			50.000,00
Reservas	2.776,34	-	-	2.776,34
Reservas legais	2.776,34			2.776,34
Outras reservas				-
Resultados transitados	- 552.090,95	83.700,39	167.400,78	- 468.390,56
Ajustamentos em activos financeiros	- 24.500,00			- 24.500,00
Outras variações no capital próprio	959.455,51	316.622,23	1.428.665,92	2.071.499,20
Subsídios	959.455,51	316.622,23	1.428.665,92	2.071.499,20
Resultado líquido do período	83.700,39	83.700,39	12.111,97	12.111,97
Total	519.341,29	484.023,01	1.608.178,67	1.643.496,95

20. Divulgações adicionais para as Entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2º e o n.º 4 do artigo 9º, ambos do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho

20.1 O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.

a) Informação por Atividades Económicas

A entidade encontra-se registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos, 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória e 93294 – Outras Atividades de Diversão e Recreativas, discriminando-se a atividade económica de 2022 por CAE conforme se apresenta:

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Águas e Saneamento Recolha e Aterro Restantes Atividades

Descrição	CAE Rev. 36001	CAE Rev. 38112	CAE Rev. 84123/ 93294	Total
1 Vendas	389.111,79	-	3.778,57	392.890,36
1,1 Mercadorias	389.111,79		3.778,57	392.890,36
2 Prestações de serviços	148.420,73	226.289,78		374.710,51
3 Compras				-
4 Fornecimentos e serviços externos	77.565,03	173.448,58	47.418,80	298.432,41
5 CMVMC	15.007,71	-	2.801,56	17.809,27
5,1 Mercadorias	532,26		2.801,56	3.333,82
5,2 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14.475,45			14.475,45
7 Número médio de pessoas ao serviço	8,00	8,00	6,00	22,00
8 Gastos com o pessoal	177.213,20	153.671,32	129.462,35	460.346,87
8,1 Remunerações	145.478,60	125.846,12	107.088,49	378.413,21
8,2 Outros (inclui pensões)	31.734,60	27.825,20	22.373,86	81.933,66
9 Activos fixos tangíveis:				-
9,1 Quantia escriturada líquida final				-
9,2 Total de aquisições				-
9,3 Das quais: em edifícios o outras construções	-	-	-	-
9,4 Adições no período de ativos em curso	-	-	-	-
10 Propriedades de investimento:				-
10,1 Quantia escriturada líquida final				-
10,2 Total de aquisições				-
10,3 Das quais: em edifícios o outras construções				-
10,4 Adições no período de propriedades de investimentos em curso				-

b) Informação por Mercados Geográficos

Descrição	Interno	Comunitário	Extracomunitário
1 Vendas	391.184,56		
2 Prestações de serviços	376.416,31		
3 Compras	24.020,12		
4 Fornecimentos e serviços externos	298.432,41		
5 Aquisições de activos fixos tangíveis	-		
6 Aquisições de propriedades de investimento			
7 Aquisições de activos intangíveis			
8 Rendimentos suplementares	-		
8,5 Outros	-		
9 Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)			
10 Por memória: Compras e FSE (valores não descontados)			

3.2. Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.

a) Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 4.693,36€.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Elisabete Tavares

CC 53446

Assinado por: **Elisabete do Carmo Pacheco**

Tavares

Num. de Identificação: 10687977

Data: 2026.04.23 18:41:08+00'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 53446**

Luís Pereira
Sousa





**DUARTE GIESTA
& ASSOCIADO**
SROC, LDA

Rua Dr. Caetano de Andrade,
nº 5 – 2º Centro
9500-037 Ponta Delgada
T: +351 296 628 240
M +351 924 479 500
geral@duartegiesta.pt
www.duartegiesta.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3.622.592 euros e um total de capital próprio de 1.643.497 euros, incluindo um resultado líquido de 12.112 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Duarte

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Duarte

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 20 de Março de 2026



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)
Registado na CMVM com o nº 20160190

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO DE

ADMINISTRAÇÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3.622.592 euros e um total de capital próprio de 1.643.497 euros, incluindo um resultado líquido de 12.112 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

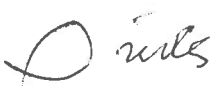
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Duarte

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 20 de Março de 2026



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º520)
Registado na CMVM com o n.º 20160190